

AO ENCONTRO DO CORPO: TEORIAS DA PERFORMATIVIDADE PARA UM DEBATE DIFERENCIAL SOBRE ESPAÇO URBANO

Rossana Brandão Tavares*

Mariana Galacini Bonadio**

*Universidade Federal Fluminense, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Niterói, RJ, Brasil

**Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar a centralidade do corpo como orientação do pensamento nos estudos urbanos, a partir das teorias da performatividade de Sara Ahmed, Karen Barad e Judith Butler. Nossos pressupostos partem da importância da experiência vivida incorporada, tanto do ponto de vista epistemológico como do método, para compreender a potência teórico-metodológica e intelectual do pensamento do corpo numa perspectiva materialista, fenomenológica e feminista interseccional do espaço urbano. Partimos do entendimento de que a abordagem positivista se mantém na prática dos estudos urbanos, conformando uma barreira histórica para novas condutas de pesquisa. Como contraponto a tal modelo, apresentamos a ideia de esparramação do corpo através de uma orientação queer/estranha, compreendendo o próprio corpo como algo que é capaz de orientar (ou desorientar) o espaço, mesmo diante da precariedade cotidiana vivida, diferencialmente, por corpos generificados, racializados e sexualizados. Nossa perspectiva almeja processos de resistência transformadora, inclusive de interpretação do cotidiano, para desenraizar os rastros positivistas dos pensamentos hegemônicos sobre o espaço urbano.

Palavras-chave

Performatividade; Corpo; Espaço Urbano; Epistemologia.

ARTICLES

TERRITORY, CITIZENSHIP AND RIGHTS

MEETING THE BODY: PERFORMATIVE THEORIES FOR A DIFFERENTIAL DEBATE ON URBAN SPACE

Rossana Brandão Tavares*

Mariana Galacini Bonadio**

*Universidade Federal Fluminense, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Niterói, RJ, Brasil

**Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Abstract

The main purpose of this article is to present the centrality of the body as an orientation in thinking for the urban studies, based on the theories of performativity by Sara Ahmed, Karen Barad and Judith Butler. Firstly, our assumptions asserts the importance of the embodied lived experience, both from the epistemological and the method points of view, to understand the theoretical-methodological and intellectual power of thinking the body in a materialistic, phenomenological and feminist intersectional perspective of the urban space. We assume that the positivist approach remains in the practice of urban studies, forming a historical barrier to new research conducts. As a counterpoint to such a model, we present the idea of spreading the body through a queer orientation, understanding the body itself as something that is capable of orienting (or disorienting) space, even with the daily precariousness experienced, differentially, by gendered, racialized and sexualized bodies. Our perspective aims at processes of transformative resistance, including for the interpretation of daily life, to uproot the positivist traces in the hegemonic theories about urban space.

Keywords

Performativity; Body; Urban Space; Epistemology.

AO ENCONTRO DO CORPO: TEORIAS DA PERFORMATIVIDADE PARA UM DEBATE DIFERENCIAL SOBRE ESPAÇO URBANO

Rossana Brandão Tavares

Mariana Galacini Bonadio

1. Primeiras questões

As motivações que atravessam este artigo são muitas. A primeira delas, talvez a mais importante, refere-se ao diálogo das autoras no âmbito de um corpo-coletivo de discussão de pesquisadoras feministas, que permitiu um encontro e reconhecimento como grupo. Um corpo-coletivo de pesquisa que expressa um processo de construção do conhecimento dialógico, crítico, radical e *encorporado*¹ das nossas experiências como acadêmicas, o qual, a nosso modo, valoriza nossas incertezas e desejos como alavanca fundamental para estabelecer rupturas da reprodução sistêmica do cotidiano (RIBEIRO, 2010). O entendimento de que a perspectiva positivista nos estudos urbanos persiste entre nossos pares e se conforma historicamente como uma barreira significativa para discussão de novas abordagens epistemológicas precisa ser explicitado. Nesse sentido, este artigo apresenta reflexões com base nas teorias da performatividade e *queer*, interpretadas como caminhos de confrontação crítica aos entendimentos hegemônicos sobre espaço urbano no campo do urbanismo e do planejamento urbano, de modo a contribuir para novas condutas de pesquisa.

1. Ao longo do artigo, utilizamos grifos em itálico de quatro formas distintas: (1) para termos que conformam a proposição conceitual da análise, vinculados à ideia de esparramação e incorporação elaboradas ao longo do texto; (2) para palavras estrangeiras, como *queer*, seguindo com o grifo para as variações e extrapolações conceituais que propomos a partir de cada termo, como estranhado, estranhamento etc.; (3) para especificações de conceitos que compõem elaborações teóricas específicas – neste caso, salientamos que os termos grifados encontram-se referenciados com os nomes das autoras e dos autores que os propõem, grafados em itálico apenas em sua primeira aparição; (4) para ênfase de algumas expressões e palavras específicas, sempre em diálogo com a perspectiva teórica do artigo.

De forma geral, há a crença de que o espaço pode moldar corpos e práticas sociais. Os modernistas, particularmente, difundiram tal ideia por meio das utopias urbanas, em resposta à chamada crise das cidades industriais do século XIX (CHOAY, 2007). Em contraposição, como há muito aprendemos com Massey (1994; 2009), a implicação coetânea de distintas lógicas espaço-temporais atravessa as dinâmicas de produção social do espaço em geometrias de poder sempre móveis e constitutivas de materialidades sócio-históricas. Apesar desse questionamento, ainda é preciso pensar no *corpo* de forma mais direcionada, já que a ideia de sujeitos *encorporados* (tanto aqueles que importam quanto os que não importam para a vida social) como agentes que interferem e moldam o espaço urbano é marginal em nosso campo de estudos. Então, aqui, interrogamos como as teorias *queer* e da performatividade podem contribuir para a compreensão histórica e dialética do espaço urbano e abrir brechas para o entendimento de que os corpos não são apenas moldados, mas também transformam o espaço. O modo como os corpos se orientam e, ao mesmo tempo, desorientam no espaço modifica a ordem das coisas (AHMED, 2006). Como intelectuais feministas, esse é um ponto-chave.

Historicamente, como acadêmicas, estamos buscando *esparramar* nossos corpos no espaço a partir de práticas no cotidiano, inclusive em reivindicações e em disputas teórico-acadêmicas. Nessa direção, estruturamos uma narrativa que perpassa a ideia de *esparramar* passagens possíveis para novos pensamentos críticos e propositivos, com vistas ao reposicionamento da experiência vivida *encorporada*, tanto do ponto de vista epistemológico como do método, aspirando a construção de um terreno fértil de diálogo com quem quiser se aliar a esse processo de ruptura com os rastros positivistas dos pensamentos hegemônicos no campo de estudos urbanos e regionais.

A compreensão da *esparramação* do *corpo* via uma orientação espacial *queer* estranha se fundamenta na concepção de níveis distintos de apropriação do espaço que podem ser desvelados no modo como esse mesmo *corpo esparramado* orienta ou desorienta as espacialidades urbanas. Consideramos esses níveis de apropriação como processos de resistência que ocorrem cotidianamente frente ao poder homogeneizador dos espaços orientados para enquadrar os corpos e absorver as diferenças. Ou seja, propomos a *esparramação do corpo* como uma ideia produtora de uma contrarresistência da indiferença. Tal concepção nos serve de base para os questionamentos teóricos delineados ao longo do texto, operando como um desdobramento de argumentos estratégicos e epistêmicos para a condução de abordagens diferenciais e críticas nos estudos urbanos.

Trata-se de uma aposta nas críticas, por um lado, ao espaço da economia política, à luz de *encorporações* performativas *generificadas*, *racializadas* e *sexualizadas*,

e, por outro, à dimensão da experiência do vivido, iluminada pelas geo-histórias político-econômicas. Caminhar nesse “entre”, por meio das teorias da performatividade, é uma forma de nos contrapormos à visão homogeneizadora de espaço urbano, assim como de pesquisas, também homogeneizadoras, sobre o tema. Como enfoque, damos centralidade à problematização da materialidade do corpo a partir das teorias da performatividade de Sara Ahmed, Karen Barad e Judith Butler, apontando para a potência teórico-metodológica e intelectual de uma perspectiva materialista, fenomenológica e feminista interseccional do espaço urbano.

2. Episteme e poder: o que conta como teoria? (ou) Corpos importam!

Considerando as reflexões de Sandra Harding (1986), Donna Haraway (1988), Isabelle Stengers (2013) e outras intelectuais que complexificaram o debate crítico sobre o que se convencionou chamar Ciência, suspeitamos da invariável parcialidade de qualquer sistema de pensamento teórico e filosófico, em especial dos arcabouços que buscam responder a uma ideia de totalidade por meio da revelação da “verdade” por trás das aparências, como se a objetividade do mundo estivesse à espera de certa racionalidade para ser descoberta. Tomamos esse engajamento crítico com a produção do conhecimento como uma herança das onto-epistemologias² feministas para nossas práxis com as espaço-temporalidades urbanas e com as práticas discursivas a partir das quais estas últimas se coconstituem.

Observamos os ruídos dessa herança aparecem nos questionamentos sobre “*o que conta como teoria?*” e nos enquadramentos sobre conhecimento, verdade, sujeito, objeto etc., tidos como fundamentos não questionados para sustentá-la. Um entrelaçamento com a Teoria Crítica nos é particularmente importante: a realidade é produzida em movimento dialético *no* e *através* do imaginário social. Ou seja, a realidade produz-se consubstancialmente à produção do pensamento, que, por sua vez, é constituído pelos próprios objetos que ele enquadra, a fim de serem questionados em sua tentativa de apreender a realidade. A forma como e o que somos capazes de pensar numa dada conformação geo-histórica – aquilo que *contará como teoria* legítima de explicação da realidade – compõem-se com a construção sociopolítica do saber e certamente estão implicados em geografias da produção do conhecimento, inscritas *por* e *nas* relações macro e micro-ético-políticas de poder.

Esse ruído é precioso em nossa leitura do espaço urbano, pois nos engaja em discordâncias epistemológicas e teóricas em distintos campos do saber que o têm

2. Onto-epistemologia refere-se à proposição sobre à inseparabilidade entre a ontologia (formas de “ser”) e a epistemologia (formas de “conhecer”), advogada por distintas correntes de pensamento feminista e correntes afins ao que se convencionou chamar de pós-estruturalismo.

como *objeto*, ainda que alguns *corpos* de pensamento se façam como historicamente hegemônicos. Desse ângulo, devemos pontuar que o debate sobre a cumplicidade histórica da prática discursivo-científica sobre o urbano com o projeto positivista instrumental a serviço das estruturas político-econômicas do capitalismo não é novo, já tendo sido analisado em sua atuação como instrumento de territorialização do capital e como direcionador dos fluxos de produção e da divisão social do trabalho, assim como em sua relação ambígua com as práticas discursivas da política e da democracia liberal (MASSEY, 1994; ARANTES, 2000; MARICATO, 2000; LEFEBVRE, 2008).

O amplo campo do saber dedicado ao urbano é também atravessado por outros questionamentos cruciais para as epistemologias feministas. Não passa despercebida a problematização feita ao domínio da causalidade econômica em certos paradigmas da economia política da urbanização, limitados conceitualmente ao debate redistributivo de bens e infraestruturas urbanas por meio de conteúdos derivados das relações do capital na esfera da produção. Essa foi uma das primeiras contestações intelectuais feministas, ainda na década de 1970/80, as quais estenderam as interpretações da economia política ao reinscrevê-las em temas associados à reprodução social. Assim, a crítica feminista apostou em análises do urbano baseadas na divisão sexual do trabalho e nos papéis sociais atribuídos pelo binarismo de gênero, incorporando a construção sociocultural da domesticidade e da vida privada ao quadro analítico dos processos de urbanização (PEAKE, 2017).

Tampouco passa despercebida às leituras feministas a idealização da transformação social em *corpos* intelectuais que se opõem ao pensamento positivista instrumental, mas que, ao mesmo tempo, reproduzem um paternalismo ao reafirmar o *popular* – ou os “oprimidos” – como objeto de reabilitação da vida coletiva. Como polemiza Topalov (1991), um popular a ser esclarecido, salvo de sua passividade e alienação, com a ajuda daqueles que, como intérpretes legítimos das verdadeiras necessidades da existência social, sabem estudá-lo. Na mesma linha, Ana Clara Ribeiro (2010) nos provoca a compreender o ponto de vista da alienação como um dos argumentos estruturantes de leituras das condições de vida urbanas – análise que, segundo ela, é responsável por uma visão arrogante, moralista e precipitada da própria experiência urbana, relegando a possibilidade de interpretação da realidade a racionalidades alternativas sobre o cotidiano.

Ao trazer esses aspectos, desejamos destacar que a própria construção do objeto espaço urbano é intrínseca à constituição do campo científico que o estuda, juntamente da definição das problemáticas que serão consideradas legítimas e dos modelos cognitivos que o tornam inteligível segundo determinadas categorias de descrição e análise. Dito de outra forma, dialeticamente, o objeto *espaço urbano*,

que parece emergir como realidade objetiva através das análises socioespaciais, é o efeito das práticas discursivo-científicas que o produzem como objeto e que nele intervêm. Cabe, então, somarmos às vozes de Jennifer Robinson (2006) e Ananya Roy (2016): o que se encontra em jogo atualmente no pensamento sobre o espaço urbano é o próprio terreno ético-político da teorização do urbano e até mesmo do *espaço*, se acrescentamos a perspectiva da filosofia espacial de Doreen Massey (2009).

Seguindo esta direção, propomos que as teorias da performatividade podem contribuir para a tarefa de desenraizar os rastros positivistas dos pensamentos hegemônicos sobre o espaço urbano, pois elas são capazes de submeter à crítica não apenas as representações, as categorias e os conceitos com os quais pensamos e intervimos no urbano, mas também, e principalmente, as condições de inter-relação entre materialidade e significação que viabilizam a própria construção dessas mesmas representações, categorias e conceitos (BARAD, 2017). Façamos, então, algumas delimitações mais explícitas a respeito da noção de performatividade com a qual estamos nos engajando.

Karen Barad (2017) utiliza as reflexões de Joseph Rose para examinar o que ela denomina *pensamento representacionista*, um subproduto da divisão cartesiana entre *interno* (sujeito, mente) e *externo* (realidade, corpo), articulado em um arranjo tripartido da ciência positivista: (i) de um lado, o sujeito *conhecedor*, que elabora a representação; (ii) do outro, a realidade/objeto a ser *conhecida/o*, configurando o que será representado; (iii) entre os dois termos, o *conhecimento*, que se apresenta como as representações da realidade. A função mediadora da representação torna o conhecedor (sujeito) e o conhecido (objeto) entidades substancializadas, como se possuíssem conteúdos inerentes a si mesmos, autocontidos. Ademais, no polo do conhecedor, o pensamento positivista da representação ainda assume a forma de categorias ontológicas essencializadas, configurando o que Maria Lugones (2014, p. 935) chama de *pensamento categorial da modernidade colonial*, que “organiza o mundo ontologicamente em categorias atômicas, homogêneas e separáveis”. Essa forma ontológica de categorização nos interessa particularmente pois seguimos a argumentação de Lugones, que a entende como a principal condicionante da lógica opressora do sistema de pensamento que põe em operação dicotomias hierárquicas de raça, gênero e sexualidade e metrifica o sujeito. Em outras palavras, torna o sujeito uma variável possível de ser calculada e quantificada na prática de pesquisa, além de produtivamente controlado nas distintas formas de existência social.

A crença de que tanto o sujeito como o objeto são entidades atômicas substanciais, independentes das múltiplas práticas que os constituem como sujeito e objeto, é também uma “crença na distinção ontológica entre as representações e aquilo que elas pretendem representar” (BARAD, 2017, p. 10). Como se aquilo que é categorizado (o que nós categorizamos) preexistisse às práticas de representar e

nomear. Esse é um ponto nevrálgico das teorias da performatividade: deslocar o enigma positivista do como (ou quanto) uma representação é capaz de corresponder à realidade observada em questões sobre inter-relações entre práticas discursivas e fazeres sociais que produzem a realidade. O foco passa a ser a relação entre materialidade e significação, isto é, como os *sujeitos* e os *objetos* são constituídos por meio das relações de poder que os tornam possíveis e inteligíveis. Ao contrário do que se imagina:

[...] a performatividade é precisamente a contestação do poder excessivo dado à linguagem [às representações e categorias] de determinar o que é real. Assim, em irônico contraste com a má compreensão que equipararia a performatividade a uma forma de monismo linguístico, considerando a linguagem como substância da realidade, a performatividade é na verdade uma contestação dos hábitos mentais irrefletidos que concedem à linguagem e a outras formas de representação mais poder para determinar nossas ontologias do que elas merecem. (BARAD, 2017, p. 9)

De distintas formas, o pensamento representacionista e categorial é exatamente o que é desafiado pela noção de performatividade nas teorias feministas pós-estruturalistas, pós-coloniais e decoloniais, bem como na teoria *queer*. Encontra-se, aqui, uma *crítica do sujeito*: sua compreensão como entidade atomizada, posicionada como um *universal* racional no arranjo tripartido positivista, só é possível se este for abstraído de subjetivação. Esse *sujeito universal* (abstrato, racional e neutro da Ciência) dissimula sua particularidade masculinista,³ branca, cis-heteronormativa, e sua localização norte-eurocêntrica privilegiada. Além disso, a construção mítica da posição abstrata *universal* de um sujeito que é, afinal, *particular* é indissociável da consolidação do saber-poder da modernidade colonial, oportunizada, por sua vez, pela própria constituição sócio-histórica desse sujeito (ocidental, colonizador, masculino, branco, heterossexual), simultânea à constituição dos seus *outros* (OYEWUMI, 2003; QUIJANO, 2005; FANON, 2008).

O desdobramento dessa crítica é uma ruptura epistêmica: qualquer *conhecedor* é uma corporeidade geo-histórica situada, tal como as teorias que ele é capaz de produzir. Abre-se, então, o desafio de questionar como a mítica do sujeito chega à materialidade. Trata-se de interrogar a própria instância de possibilidade de existência do sujeito *incorporado* a partir da ideia de *esparramação* no espaço, a qual não deixa de ser uma aliança paradoxal de corpos com o espaço.

3. Masculinista não é o antônimo de feminista. Significa um sujeito que defende os direitos dos homens por acreditar que o feminismo os oprime; como se o movimento contra a misoginia, o machismo e o sexismo tivesse trazido desvantagens aos homens.

É nessa direção que Judith Butler (2015; 2017), inspirada em Michel Foucault, pensa o paradoxo da subjetivação: o sujeito é o efeito produtivo de processos ambivalentes e tênues da sua sujeição a múltiplas forças que organizam as matrizes sociais, políticas, econômicas e culturais. Em paradoxal simultaneidade com as relações de poder, nossa ontologia se refere aos efeitos de sermos interpeladas por relações sociais situadas e localizadas no espaço-tempo que nos constitui, no qual, desde o início, somos nomeadas por termos que nunca escolhemos para nós mesmas e que nos formam como seres reflexivos, antes mesmo de formarmos nossa vontade (ou consciência). A partir desse paradoxo de sujeição-constituição, Butler (2018) propõe a ideia de que toda vida é precária em sua constituição, pois o próprio surgimento do *sujeito* é interdependente das forças sociais que o permitem emergir como vida passível de ser vivida (ou não) e de se aliar (ou não) politicamente.

Entretanto, seguindo Butler, ainda que toda vida seja precária em sua constituição, nem todas estão suscetíveis à mesma precariedade: alguns corpos são tornados abjetos e descartáveis pelos regimes de regulação de inteligibilidade de existências que diferenciam aqueles que serão considerados mais ou menos *humanos* (LUGONES, 2014). Essa diferenciação corporal valorativa que marca o humano distribui, desigualmente, as formas de precarização, expropriação, exposição à injúria, violência e morte, constangendo algumas existências mais do que outras (BUTLER; ATHANASIOU, 2013). É preciso dizer: vidas feminizadas, vidas racializadas negras e não brancas/ocidentalizadas, vidas não heteronormativas, vidas *queer* etc. estarão corporalmente marcadas em sua exposição à precarização, estimadas como menos humanas na balança dos corpos que importam para a vida social.

Assim, da perspectiva da performatividade, falar da marcação de precariedade nos corpos é ter em conta a produção da materialidade desses corpos como efeito produtivo de múltiplas relações sociais. Significa considerar, por exemplo, que a hierarquia social por *gêneros* – aquilo que torna as vidas feminizadas mais expostas à precariedade – adquiriu materialidade por meio de práticas históricas de *generificação* dos corpos, chamadas de tecnologias de gênero por Teresa de Lauretis (1994). Nesse sentido, corporeidades masculinas e femininas são ficções sociais que se efetivam materialmente em relações de generificação, junto de processos heteronormativos⁴ de *sexualização* dos corpos, em um regime de organização

4. Heteronormatividade é um termo amplamente utilizado por distintas correntes de pensamento feminista empenhadas em problematizar a força compulsória da heterossexualidade por meio da crítica às múltiplas normas sociais regulatórias que a produzem como parâmetro de normalidade para a sexualidade. Como padrão de sexualidade sócio-histórico que regula o modo como as sociedades ocidentais estão organizadas, uma de suas consequências é a perpetuação das várias formas de violência contra pessoas que “escapam” à norma heterossexual, habitualmente agrupadas na sigla LGBTQI+.

social da diferença sexual pela gestão coletiva da energia reprodutiva (PRECIADO, 2019; FOUCAULT, 1984). Do mesmo modo, conforme Beth Coleman (2009), o que chamamos de raças adquiriu materialidade nos processos históricos coloniais de *racialização* dos corpos via tecnologias de raça que inauguraram a branquidade simultaneamente à constituição de seus outros, então subjugados como vidas menos humanas, ou mesmo *não-humanas*, justificadas em sua exploração e expostas a variadas formas de violência (MBEMBE, 2018a; 2018b; QUIJANO, 2005; MALDONADO-TORRES, 2016). Processos de *generificação*, *sexualização* e *racialização* dos corpos, embora possuam genealogias e tecnologias distintas, se coconstituem uns aos outros de forma consubstancial e interseccional (OYEWUMI, 2003; CRENSHAW, 1994; KERGOAT, 2012).

Para as teorias da performatividade, nenhum sujeito *encorporado* é anterior a suas inter-relações e são elas que o reatualizam continuamente como sujeito *encorporado*. Assim, para se materializarem como *corpos*, as hierarquizações valorativas de raça, gênero e sexualidade exigem reiteração constante, sobretudo por meio de “hábitos mentais irrefletidos que concedem [...] [às] formas de representação mais poder para determinar nossas ontologias do que elas merecem”, retomando as palavras de Karen Barad (2017, p. 9). Além da reprodução das relações de poder que sustentam as representações que nos nomeiam, ao mesmo tempo que nos constituem, elas requerem a performance continuada dos *corpos* no espaço e no tempo, pois “o sujeito só permanece sujeito mediante a reiteração ou rearticulação de si mesmo como sujeito” (BUTLER, 2017, p. 107).

Nessa rearticulação de si mesmo, há uma consequência radical: a reiteração performativa das representações *encorporadas* de raça, gênero e sexualidade é uma cena mais de *iterabilidade*⁵ do que uma lógica de pura repetição. Não há uma constante em nossa autoidentificação aos enquadramentos sociais de poder, porque a ideia de iterabilidade para as teorias da performatividade entende que toda repetição é uma alteração. Como observa Gayatri Spivak (1996) em diálogo com Jacques Derrida, a cena de iterabilidade na subjetivação demarca o paradoxo de que, se a repetição é a base da identificação social – condição de possibilidade da identificação de nós mesmas com as categorizações que nos produzem no mundo social –, não há repetição que não produza uma diferença. Se nossa subjetivação se apresenta como sempre incompleta, é porque a necessária performatividade do

5. Iterabilidade é um termo que compõe a constelação conceitual das teorias da performatividade. Pode apontar-se Jacques Derrida como precursor do termo no seu texto “Assinatura acontecimento contexto”, a partir da leitura desconstrutiva que o filósofo propõe à teoria dos atos de fala de John Austin (e seus proferimentos constatativos e performativos da linguagem). A custo da profundidade necessária para discuti-la, iterabilidade pode ser sintetizada como a propriedade do signo – ou mais precisamente do significante – de ser sempre outro na sua mesmidade, ou seja, que sua repetição é o evento de sua alteração.

corpo, para a reiteração da realidade, impossibilita que as forças sociais de subjugação controlem perfeitamente a rearticulação dos sujeitos: é a possibilidade constante da diferença pela performatividade que torna qualquer imaginário social ambivalente e provisório, logo, aberto à reelaboração, por mais rígido e cristalizado que pareça no espaço-tempo (BUTLER, 2015). Se os corpos se materializam como corpos na história, é na história de nossas performatividades que também podem se transformar das formas atuais hierarquizadas valorativamente. O que propomos a seguir é pensar essas transformações performativas como práticas espaciais de esparramação de corpos, operando, para tanto, aberturas sobre o pensamento do espaço.

3. Performatividade e espaço urbano: o que podem as práticas espaciais? (ou) Corpos sempre importam!

Uma de nossas preocupações com as perspectivas apresentadas neste artigo é elucidar interpretações sobre o espaço urbano que não abandonem as experiências nem os enlaces de energias sociais que cotidianamente tecem novos tecidos urbanos, valorizando linguagens, performatividades corporais e o instante (RIBEIRO, 2010). Inspiradas na filosofia espacial de Doreen Massey (2009, p. 274), assumimos que, por meio das negociações intermináveis sobre o que constitui significativamente os lugares, que nada mais são do que, nos termos da geógrafa, “o desafio de nossa inter-relacionalidade constitutiva e, assim, [da] nossa implicação coletiva nos resultados dessa inter-relacionalidade”, poderemos experimentar formas mais justas do espaço, sempre parciais, instáveis, incompletas e aberta ao devir.

Da obra de Massey, somada a outras intuições teóricas feministas, observamos que as implicações das geometrias paradoxais de poder atuais, nas quais coexistem múltiplas lógicas socioespaciais, forçam-nos à indiferença, ao medo e à espetacularização de si pelo outro, alisando o próprio sentido da experiência espacial. Assim, a pretensão aqui é desenraizar a indiferença analítica, ponderando sobre a nossa capacidade de *encorporar* a desmaterialização de performatividades repetitivas de modelos excludentes de cidade e urbanidade (RIBEIRO, 2010). Ana Clara Ribeiro dá centralidade à compreensão do sujeito incorporado como aquele capaz de desafiar a burocratização da existência, a fim de atingir o *direito ao espetáculo*, recusando-se a reduzi-lo à ideia de alienação:

Frente à cidade capitalista atual, em que megaempreendimentos e festas grandiosas privatizam memórias e imaginários, como negar a relevância dos ensaios de espetáculo do sujeito corporificado? Insinuo, com essa pergunta, que o espetáculo precisa ser libertado da espetacularização, que o controla e domina. [...] Neste sentido, a espetacularização pode ser refletida como impedimento do exercício

do direito ao espetáculo. Um direito que, para o sujeito, corresponde ao direito de ser visto, lido e conhecido em seus próprios termos. (RIBEIRO, 2010, p. 32)

Esse outro direito ao espetáculo, que podemos associar ao *direito ao aparecimento* de Butler (2018), não é dado e é *uma força de estranhamento*, tanto para quem resiste à dominação quanto para a ação dominante, a qual também estabelece resistências na direção conservadora das formas hierárquicas de vida (KERGOAT, 2012). É um processo de construção coletiva e de si, uma orientação de busca pela *esparramação* do corpo no espaço, que, por sua vez, pode trabalhar para *reorientar* o espaço a partir desse *corpo queer*, estranho (AHMED, 2006). Tal processo, pressuposto pela reorientação *estranha* no espaço, decorre, na maioria das vezes, de uma exposição precária dos nossos corpos, sobretudo se considerarmos, interseccionalmente, as formas mais sutis de resistência diante da precariedade da vida, experienciadas no cotidiano em instáveis territorialidades (RIBEIRO, 2010), nas quais as ações dominantes forçam a imposição somente da materialidade de uma vida que é a anulação e conformação do corpo à homogeneização hierarquizante.

Se com Butler (2018) apreendemos que, embora toda vida seja precária em sua constituição, nem todas estão suscetíveis à mesma precariedade, devemos ainda argumentar com a filósofa que a produção do espaço é fundamental na indução social da precariedade. Somos fundamentalmente dependentes não apenas das condições de infraestrutura, as quais possibilitam manter nossas vidas – habitação, serviços públicos de saúde e educação, mobilidade etc. –, mas também da possibilidade de ocupar e aparecer nas ruas e espaços públicos sem sermos agredidas e violentadas. É importante reforçar que a distribuição diferencial das condições infraestruturais do espaço urbano a que temos acesso nos expõe e nos conforma a distintas vulnerabilidades, tanto pela própria questão do acesso a necessidades básicas de sobrevivência quanto pelos diferentes graus de viabilidade de nosso aparecimento, ou seja, de que nossa presença no espaço urbano seja viável e vivível. Na leitura de Legg (2019) da obra de Foucault, vemos uma confluência com a possibilidade de restituição do espaço como dimensão a partir da qual poder, subjetividade e resistência materializam-se pelo aparecimento do corpo como lugar de produção de verdade e de mudança a partir das formas de governamentalidades⁶ biopolíticas ou até mesmo necropolíticas, se acionarmos as palavras de Achille Mbembe (2018a).

6. O conceito de governamentalidade é apresentado por Michel Foucault (2008) para examinar a racionalidade política concebida nos países ocidentais. FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Para refletir sobre o vínculo entre infraestrutura e esfera de aparecimento como uma geo-história de governamentalidades dos e nos corpos (LEGG, 2019), recorreremos à conexão entre espaço e imaginação, como proposto pela geógrafa Gillian Rose. Com base na autora, podemos ponderar que a ideia que construímos no/do espaço-tempo é atravessada pela questão da performatividade dos corpos presentes e ausentes no espaço urbano – corpos que são, também, aparições das relações de poder, conformando um *corpo-imaginário*. No intuito de elucidar as consequências socioespaciais dos corpos que performam sua presença, ligadas a uma alteridade com um fazer ausência de outros corpos, Rose (1993) associa a história da construção do corpo masculino, heterossexual e burguês, na Europa e nos Estados Unidos, segundo uma série de negações à presença de outras corporalidades – o que é facilmente traduzido para a produção socioespacial no Brasil, ainda que cada lugar tenha suas particularidades. A imposição da presença hegemônica (e legitimada por um imaginário socialmente construído) do corpo branco, masculino e cis-heterossexual como *centro* do espaço urbano performa a negação dos outros corpos, postos, então, à *margem*, submetidos aos constrangimentos e violências ao aparecerem em espaços que lhes são negados. Em outras palavras, o *status* constituinte de um *corpo particular* como hegemônico personifica a negação dos corpos constituídos como marginais por meio de uma representação masculinista, racista e heteronormativa. Essa interpretação ganha dimensões paradoxais ao se articular às distintas coerções sociais, políticas, econômicas e culturais engendradas pela relação de alteridade centro-margem, presença-ausência, que reproduz continuamente as segregações socioespaciais – por exemplo, a experiência dos corpos feminizados no espaço urbano público ou privado. As diferenças entre corpos feminizados são atravessadas por fatores interseccionados (corpos cisgêneros, transgêneros, brancos, negros, não heteronormativos etc.), mas o senso de (in)segurança vivida numa cultura machista de exposição à violência e ao assédio sexual profundamente compartilhado por nossos corpos orienta nossas performances, seja para enfrentar, seja para acomodar (ambas ações de resistência) nosso direito de aparecer/ocupar os espaços.⁷ Dessa perspectiva, a infraestrutura do espaço urbano não se liga apenas à distribuição material; ela é, igualmente, expressão e, ao mesmo tempo, instrumento de discriminação, racismo e exclusão dos corpos socialmente marginalizados. Ao assumirmos, com base nas teorias da performatividade, que os sujeitos são coconstituídos como corpos no espaço-tempo,

7. Às circunstâncias dos espaços públicos, soma-se o fato de que os corpos feminizados ainda estão vulneráveis à violência doméstica, num contexto excepcional de reprodução e cuidado reduzido ao espaço privado.

avancamos com a ideia de que a categorização social das vidas consideradas mais ou menos humanas se (re)produz na esfera do aparecimento. Por sua vez, a esfera do aparecimento se organiza numa relação dialética com a infraestrutura urbana que enquadra o que será experienciado como vida vivível na cotidianidade, define quais vidas merecem ser preservadas na sociedade, pela lei e pela polícia (dentro de suas casas e nos espaços públicos), bem como quais poderão ser abandonadas e/ou ceifadas impunemente, inclusive (e até em especial) pelo poder do Estado (MALDONADO-TORRES, 2016; MBEMBE, 2018b). A presença-ausência dos corpos negros no espaço urbano brasileiro, em sua criminalização e matabilidade, sobretudo pela polícia, é a ilustração trágica desse argumento. É preciso destacar, ainda, que essa violência é (re)produtora da realidade urbana da população negra, favelada e periférica, abandonada em condições de precariedade.

O que queremos sublinhar com tal argumentação é que a produção de nossos corpos não está dissociada das condições materiais e espaciais que podem (ou não) sustentar nossas vidas de modo que sejam vivíveis, o que demonstra que “a organização da infraestrutura está intimamente ligada a [...] como a vida é mantida, como a vida é viável, com que grau de sofrimento e esperança” (BUTLER, 2018, p.27). Assim, a perspectiva política e social da construção representacionista e categorial que determina quais corpos importam ou não, nos põe o desafio sobre a seguinte questão: como o que *fazemos* com nossos corpos afeta o que *podemos fazer*? (AHMED, 2006) Considerando as práticas espaciais e performáticas imanentes e potenciais (ou ainda potentes), restam outros questionamentos: o que está ao nosso alcance? Apenas *estranhar* o espaço?

Em sua construção do pensamento de centro e margem (presença e ausência) no elo entre corpos e espaços, Rose (1993) salienta como a performatividade corpórea é capaz de contestar os modelos hegemônicos no e pelo espaço e de conformar outras experiências espaciais. Ao adotar a perspectiva de um espaço paradoxal numa geometria diferencial em que o centro e a margem são coexistentes e móveis, a experimentação dos corpos pode reorientar o processo de produção do espaço urbano, performando, para tanto, a imaginação de outro espaço. Essa compreensão nos parece poderosa para a desconstrução do entendimento totalizante e fixo do que significa o *urbano*. As interações cotidianas entre pessoas e objetos (corpos e infraestruturas) suscitam um determinado tipo de conhecimento consciente, subconsciente e ideológico, promovendo performances que tanto reproduzem a estrutura social, econômica, política e cultural quanto a dissociam (ROSE, 1993). Em nossos termos, algumas performances podem *estranhá-la* no processo de *esparrramação dos corpos*.

Afinal, aquilo que é considerado *estranho* em um determinado espaço é construído socialmente como tal pelas formas normativas que enquadram nossas

relações sociais e performáticas. Nesse sentido, haveria, de modo diferencial, orientações performativas de corpos que estranham o espaço urbano. Ainda que as materialidades *generificadas*, *sexualizadas* e *racializadas* dos corpos possam deslizar rapidamente para uma desorientação social, subjugando e expondo alguns corpos (mais do que outros) à discriminação e violência, é o próprio estranhamento da presença que conforma uma espacialização instável de resistência e questiona a normatividade de exclusão que enquadra o vivível no espaço.

A partir da noção de *espaço paradoxal* de Rose (1993), podemos ainda tensionar as teorias da performatividade com o *espaço diferencial* de Lefebvre (2000). Em nossa leitura, a potente ideia lefebvriana só pode ser apreendida plenamente via políticas do corpo, ainda que, para isso, seja preciso ir além da aparição corporal salientada pelo autor, um tanto generalista e *desencorporada* de relevantes processos de diferenciação social que excedem, em muito, a redução feita por Lefebvre da ontologia às relações do capital (KINKAID, 2020).

Lefebvre (2000, p. 405 – tradução nossa) argumenta que o espaço é percebido, concebido e produzido por meio do uso do corpo, tido como uma totalidade prático-sensorial, em que a “inteireza do espaço (social) procede do corpo [...] prefigura as camadas do espaço social e suas interconexões”. Para o autor, é a ordem do corpo que nos ajuda a refletir sobre a cotidianidade do espaço urbano como local tanto de reprodução do espaço abstrato do capitalismo quanto de produção das virtualidades de uma sociedade livre de dominação, estando as últimas no espaço diferencial do domínio criativo e generativo da vida cotidiana. No espaço abstrato, o próprio corpo é transformado em abstrato, fragmentado na medida da fragmentação homogeneizante das dimensões da vida social moderna (trabalho, lazer, vida familiar etc.). Ainda assim, mesmo que o espaço abstrato se constitua pela homogeneidade como meta, a partir das operações de *mimesis* (em outros termos, de repetição das práticas sociais, nas contradições inerentes à sua estrutura e estruturação), sempre são produzidos *resíduos* irreduzíveis à sujeição total da experiência vivida, o que o abre para a *poiesis* – a possibilidade de orientação para criar outra coisa que não o mesmo: ou seja, o espaço diferencial (LEFEBVRE, 2000).

São múltiplas as possibilidades de articulação da *poiesis* do espaço diferencial com a ideia de iterabilidade nas teorias da performatividade, se retomamos o potencial da ontologia lefebvriana junto da noção de sujeito *encorporado*: nunca plenamente constituído, sempre aberto à ressignificação, o que o permite retrabalhar as relações de poder pelo *estranhamento* performativo produzido por certos corpos. Visto que em Lefebvre o *corpo* é dotado de capacidade de *poiesis*, entendido como produtor de diferenças concretas, é por ele que se realizam as existências diferenciais não hegemônicas constituintes dos espaços diferenciais, nos quais se

encontra a potência de emancipação do espaço abstrato. Ou seja, ao pensarmos as marcações diferenciadoras dos corpos como práticas espacialmente políticas, da perspectiva dos sujeitos marginalizados, são estes que *encorporam* e performam as rupturas e contradições do espaço de formas distintas (KINKAID, 2020).

Podemos especular sobre a compreensão da poiesis do corpo produtor de espaço diferencial lefebvriano como um potencial *queer*, um estranhamento como condição para a desconstituição das *encorporações* limitadas pelo espaço abstrato e limitantes da existência. Os resíduos performáticos vão de encontro aos impulsos miméticos da abstração, transformando-os em base para um estranhamento potencial do espaço. Em diálogo com as argumentações de Sara Ahmed (2006), a produção de estranhamentos por corpos socialmente *estranhados* num determinado espaço revela possibilidades de resistências à precarização da vida frente às forças fóbicas da heteronormatividade, da misoginia falocêntrica e do racismo.

Não por menos, abrem-se muitas perguntas acerca de como o mundo está disponível como espaço de ação e como nos *sentimos em casa*⁸ em nossos corpos para agir. Um ponto central dos questionamentos de Ahmed (2006) diz respeito a como a proximidade e a distância são vividas, levando em conta determinados corpos e lugares. Isto quer dizer que a própria precariedade socialmente induzida para corpos racializados negros e para os feminilizados, por exemplo, aumenta distâncias ou, ainda, impõe barreiras à orientação performática no espaço, em comparação aos corpos brancos e masculinos. Como nossas ações são capazes de produzir espaços diferenciais quando não podemos aparecer? Como performar rupturas se nossos *estranhamentos* são recebidos com violência? Voltemos a Butler (2018), para a qual a performatividade também pode ser entendida como o exercício do direito de aparecer no espaço e de reivindicar a consideração de uma vida vivível, ampliando, inclusive, o sentido de precariedade. Neste sentido, a reivindicação por infraestrutura é tanto por melhores condições socioespaciais e materiais de suporte à existência – algo especialmente importante neste momento de acirramento das políticas neoliberais, de austeridade e privatização, quando temos de lutar contra o desmantelamento dos bens, serviços e espaços públicos já desiguais – quanto por poder aparecer para poder lutar por tal infraestrutura. “Agir em nome desse suporte, sem esse suporte, é o paradoxo da ação performativa plural em condições de precariedade” (BUTLER, 2018, p. 82).

Certamente, não é possível deixar de lado que a complexidade política das características e justificativas para indiferenças e injustiças que se reproduzem atualmente na produção do espaço – ainda mais violentas na conjuntura neoliberal

8. Cf. Fanon, 1986 apud Ahmed, 2006, p. 111.

– guarda relação com o problema da redistribuição de bens e infraestruturas, bem como do reconhecimento das existências capturadas sob uma ótica liberal-meritocrática (FRASER, 2018). Contudo, é relevante entender como a precariedade dos *corpos* que buscam reconhecimento num contexto de precarização, quando aliam seus corpos nas ruas, reivindicam uma vida que possa ser vivida (BUTLER, 2018), como nos movimentos “vidas negras importam” e “[...] é pela vida das mulheres!”.⁹ A performatividade desses corpos pode ser, assim, interpretada como uma ferramenta potente de resistências e afirmações sociais, deslocando os limites entre o espetáculo, ou o direito de aparecer, e a espetacularização, uma ação planejada para manter a ordem social e urbana (RIBEIRO, 2010). Uma verdadeira e paradoxal disputa cotidiana no espaço urbano, no centro-periferia (espacial e corporal), de enfrentamento da precariedade urbana.

A (re)produção do espaço urbano tem, portanto, uma orientação metodológica social, cultural e política que revela um envolvimento maior, inclusive de cuidado, com determinados *corpos*. Sobre isso se ancora nossa argumentação a respeito da centralidade da política dos corpos nos estudos urbanos. A política corpórea também é teórico-metodológica, porque se refere a nossas orientações e desorientações como pesquisadoras e à maneira pela qual nossa construção epistêmica é atravessada pelas experiências espaciais performativas e perpassada pelo *estranhamento* para geração de rupturas, brechas e enlaçamentos sociais significativos para reorientações. Um processo de *esparramação do corpo* no espaço (urbano e social) como consequência da (re)produção – deliberada ou não, consciente ou não – do *estranhamento* pelo corpo *queer/estranho*. Um processo que não é único nem linear, logo, com avanços e retrocessos perante a própria reorientação das políticas sistêmicas, cúmplices nas artimanhas de dominação.

4. Comentários finais

Trouxemos nossa compreensão das teorias da performatividade, propondo uma reflexão inicial sobre como elas podem ser traduzidas para nossas práticas de pensar o espaço urbano. Gostaríamos de finalizar este artigo com algumas reflexões sobre como a ideia de performatividade também pode ser traduzida para a prática teórico-intelectual e acadêmica.

Pontuamos, antes de tudo, que as teorias da performatividade promovem rupturas onto-epistêmicas: nós, produtoras de teorias, somos todas corporeidades

9. Tal como nas manifestações contra o racismo nos Estados Unidos e no Brasil, nos últimos anos, as feministas têm incorporado o lema para demarcar a importância da sua existência corpórea, evocando reivindicações por direitos.

geo-históricas situadas. Assim também são as teorias que produzimos: sempre parciais, geo-localizadas e dentro das limitações que nossos corpos nos permitem apreender. Por isso, afirmamos que qualquer trabalho intelectual é também trabalho *encorporado*, ao menos de duas formas fundamentais. Vejamos.

Dialogando com a fenomenologia *queer* de Ahmed (2006), podemos supor a *incorporação* do trabalho intelectual ao compreendermos a própria consciência como sendo *encorporada*. Nesse sentido, nossos corpos se orientam para alguns *objetos* enquanto outros são excluídos de nosso campo de percepção, postos em segundo plano: os *objetos* que percebemos depende de onde e como estamos situadas no mundo (espaço-temporalmente e nas relações de poder), mesmo que isso não envolva um ato voluntário de direcionamento.

Objetos são, então, uma questão de *orientação*, em que nossas situações subjetivo-corpóreas se voltam para as coisas de uma maneira, e não de outra. Uma orientação que, a partir de maneiras particulares, direciona nossa percepção sobre o objeto multifacetado que é o espaço urbano e relega outras à invisibilidade para sustentar essa direção. Algumas orientações são consideradas mais legítimas e científicas que outras, pelas mesmas teias de saber-poder que nos produzem como *sujeitos incorporados* hierarquicamente. O que conta como teoria é, em geral, a orientação a objetos tidos como superiores (ou mais objetivos) – isto é, os que contam como “dignos” de serem problematizados e apresentam perguntas “legítimas” para serem respondidas. Contam as experiências *encorporadas* que geraram essas perguntas e contam como racionais apenas as soluções para tais problemas (HARDING, 1993). O que vale como teoria depende, pois, do *corpo* que a produziu e do quanto esse *corpo* vale para a vida social.

Em complemento à ideia de orientação aos objetos que *incorpora* o trabalho intelectual, a situação relacional do sujeito dito conhecedor revela que a produção teórico-intelectual está implicada nessa mesma teia relacional *encorporada*. A exemplificação mais óbvia: o trabalho reprodutivo necessário para que o trabalho intelectual aconteça (limpeza dos espaços de trabalho, cuidados com a alimentação etc.), baseado na definição de quais corpos são orientados a realizá-lo de forma desigual pela divisão do trabalho por gênero, raça, classe, geopolítica etc. A teia dos marcadores corporais da dinâmica do capitalismo é também o que seleciona quem se faz ouvir e pode ser reconhecido no mercado intelectual acadêmico, extensível até mesmo ao debate do *que conta como teoria feminista* (AHMED, 2000):

As teorias patriarcais que procuramos estender e reinterpretar não foram criadas para explicar a experiência dos homens em geral, mas tão-somente a experiência de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais. As feministas teóricas também procedem dessas

mesmas camadas sociais – não por conspiração, mas em virtude do padrão histórico que faz com que apenas indivíduos a elas pertencentes disponham de tempo e recursos para fazer teoria e que unicamente mulheres dessa origem social possam se fazer ouvir. (HARDING, 1993, p. 9)

Esse questionamento de Sandra Harding nos leva a outra problemática. As representações e categorias que usamos para pensar o espaço urbano podem ser reprodutoras das fronteiras diferenciais e hierárquicas de distribuição da precariedade da vida, visto que a efetivação desse regime desigual se dá por meio da iterabilidade das práticas da Ciência de representar e categorizar a alteridade, como demonstra Sylvia Wynter (2003). Sem dúvida, elas também podem ser utilizadas como prática de contestação da precariedade diferencial entre os sujeitos *encorporados* da/na cena urbana, uma vez que as desigualdades pela marcação dos corpos só podem ser contestadas quando visibilizadas e reconhecidas. Em outras palavras, quando nos orientamos para certos *objetos* da experiência urbana, nós os trazemos para o primeiro plano: se gênero, raça e sexualidade contam na produção do espaço, deveriam contar para qualquer produção teórico-intelectual que se queira herdeira de uma práxis de transformação social.

Contudo, enxertar as diferenciações das experiências de vida, como se fossem categorias fixas de análise faltantes das nossas teorias urbanas tradicionais, é ignorar o próprio arcabouço teórico hegemônico que as produz como ausências teóricas. E mais: generalizar as representações sociais como enxertos categoriais de análise é recair no que há muito já é apontado quanto ao uso da categoria de gênero *mulher* pelas feministas negras, lésbicas, latino-americanas, árabes etc. e no que se entrevê nas palavras acima de Sandra Harding: a universalização da categoria mulher – assim como do patriarcado como fonte comum e unificadora da opressão das mulheres – baseou-se na experiência do feminismo heterossexual branco norte-europeu, silenciando outras dimensões da precariedade social, como as opressões imperialistas, coloniais, raciais, sexuais, étnicas etc. que coconstituem a própria representação social de mulher (OYEWUMI, 2003; BIDASECA, 2011).

Encontramo-nos, assim, num paradoxo: operar pesquisas com o auxílio de mediações representativas para visibilizar a indiferença analítica das teorias urbanas hegemônicas e, ao mesmo tempo, resistir a um congelamento essencialista das categorias e conceitos de gênero, raça e sexualidade. E é por reconhecer esse paradoxo que as teorias da performatividade, ao apontarem para o *sujeito incorporado* de múltiplas formas, convidam-nos a apostar em princípios onto-epistêmicos com fronteiras flexíveis e a adotar a instabilidade das categorias analíticas, como propõe Harding (1993).

Então, habitemos esse paradoxo, orientemo-nos para ele e por ele e abramos nossas perspectivas teóricas para outras formas de pensar e praticar os estudos urbanos. Insistimos que é por meio da crítica e do estranhamento das representações (e como estas constituem as nossas orientações aos *objetos*) que seremos capazes de reconfigurar nosso campo de experiência de vida e de produção teórico-intelectual. Teremos de nos esforçar, de momento a momento, para praticar, também, uma performance disruptiva de nosso pensamento crítico, teórico e intelectual, para nos engajar com o pensamento como uma experiência sempre aberta ao devir, para nos manter contagiadas por outras formas de pensar e insubmissas a qualquer ortodoxia do pensamento intelectual.

Referências

- AHMED, S. Whose counting? *Feminist Theory*, v. 1 n. 1, 2000, p. 97-103.
- _____. *Queer phenomenology: orientations, objects, others*. Durham; Londres: Duke University Press, 2006.
- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 11-74.
- BARAD, K. *Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria*. Revista Vazantes, v. 1 n. 1, 2017, p. 07-34.
- BIDASECA, K. Mujeres blancas buscando salvar a las mujeres color café de los hombres color café: reflexiones sobre desigualdad y colonialismo jurídico desde el feminismo poscolonial. Andamios. *Revista Investigación de Social*, Colegio de Humanidades y Ciencias Sociales-UAM, v. 17, 2011, p. 1-25.
- BUTLER, J; ATHANASIOU, A. *Dispossession: The Performative in the Political*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- _____. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- _____. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- _____. *Corpos em aliança e a política das ruas - notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- COLEMAN, B. Race as Technology. *Camera Obscura*, v. 24, n. 1, 2009, p. 176-20.
- CHOAY, F. *O Urbanismo - utopias e realidades. Uma antologia*. 6ª Edição. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. In: FINEMAN, M.; MYKITIUK, R. (orgs). *The Public Nature of Private Violence*. Nova York: Routledge, 1994, p. 93-118.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

- FRASER, N. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, set./dez. de 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43>. Acesso em: 01 mai. 2020.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GATENS, M; LLOYD, G. *Collective Imaginings: Spinoza, past and present*. Nova York: Routledge, 1999.
- HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, 1988, p. 575- 599.
- HARDING, S. A instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista. *Rev. Estud. Fem*, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1993, p. 7-31.
- _____. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986
- KERGOAT, D. *Se battre, dissent-elles*. Paris: La Dispute, 2012.a0
- LAURETIS, T. Tecnologias do gênero. In: HOLLANDA, H. (org.) *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. 4ª Edição. Paris: Anthropos, 2000.
- LEGG, S. Subjects of truth: Resisting governmentality in Foucault's 1980s. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 37, n. 1, 2019, p. 27-45.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Rev. Estud. Fem*. v. 22, n. 3, 2014, p. 935-952.
- MALDONADO-TORRES, N. *Outline of Ten Theses on Coloniality and Decoloniality*. Foundation Frantz Fanon, 2016.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil Em: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 121-192, 2000.
- MASSEY, D. *Space, place, and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- _____. *Pelo espaço: por uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.
- _____. *A crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.
- OYEWUMI, O. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- PEAKE, L. Feminism and the urban. In: SHORT, J. R. (org.). *A Research Agenda for Cities*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2017, p. 82-97.
- PRECIADO, P. Femmes en psychanalyse. Palestra na Journées 49 de l'ECF (Ecole de la Cause Freudienne), realizada em 17.nov. 2019. (42m26s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vqNjBZR_QZ4&t=378s&fbclid=IwAR19qdtqtM4R2amdVK9vQkEd6SDvLmpt-i8dM1oed3YVMBZGdWB7PCqITo8. Acesso em: 10. dez. 2019.

- QUIJANO, Al. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.
- RIBEIRO, A.C. Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, P.B.; BRITTO, F.D. (org.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 24-41.
- ROBINSON, J. *Ordinary cities: Between Modernity and Development*. Londres: Routledge, 2006.
- ROSE, G. *Feminist & Geography: The limits of geographical knowledge*. Cambridge, Oxford: Polity Press, 1993.
- ROY, A. What is urban about critical urban theory? *Urban Geography*, v. 37, n. 6, 2016, p. 810-823. DOI: 10.1080/02723638.2015.1105485.
- SPIVAK, G. Revolutions that as yet have no model - Derrida's "Limited Inc.". In: LANDRY, D.; MACLEAN, G (eds.) *The Spivak Reader: Selected Works of Gayatri Chakravorty Spivak*. Londres: Routledge, 1996, p. 75-106.
- STENGERS, I. *Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences*. Paris: Éditions La Découverte, 2013.
- TOPALOV, C. Saberes sobre a cidade: tempos de crise? *Espaço e Debates*, v.11, n.34, 1991, p. 28-37.
- WYNTER, S. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Overrepresentation - An Argument. *The New Centennial Review*. v. 3, n. 3, 2003, p. 257-337.

Rossana Brandão Tavares

Professora Dra. Adjunta da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense EAU/UFF e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PPGAU/UFF. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela EAU/UFF (2003), especialização e mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ (2004 e 2007) e doutorado em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ (2015). Coordena o projeto de pesquisa “Práticas Espaciais Generificadas e Conflitos Urbanos e Socioambientais”, desenvolvendo investigações sobre corpo, espaço, vida cotidiana, resistências, políticas urbanas, assim como sobre perspectivas teórico-metodológicas na arquitetura e urbanismo a partir das teorias feministas.

Email: rossanatavares@id.uff.br

ORCID: 0000-0003-2793-8376

Contribuição de autoria: conceituação; análise formal; investigação/pesquisa; metodologia; validação; visualização; escrita – primeira redação; escrita – revisão e edição.

Mariana Galacini Bonadio

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Epistemologias do Sul pela Clacso e mestra em Sustainable Territorial Development pelo Consórcio EMStede. Desenvolve pesquisas

principalmente no campo da onto-epistemologia, estética e ético-política feministas em interfaces com as teorias do espaço e políticas públicas.

Email: mari.bonadio@gmail.com

ORCID: 0000-0003-4201-0736

Contribuição de autoria: conceituação; análise formal; investigação/pesquisa; metodologia; validação; visualização; escrita – primeira redação; escrita – revisão e edição.

Submissão: 11 de novembro de 2020.

Aprovação: 24 de março de 2021.

Como citar: TAVARES, R. B., BONADIO, M. G. Ao encontro do corpo: teorias da performatividade para um debate diferencial sobre espaço urbano. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 23, E202115, 2021. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202115

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR